

Proposta da Administração

BAUMER S.A

CNPJ/MF 61.374.161/0001-30

Informações requeridas pela Resolução CVM 81/22, em atendimento ao Edital de convocação das Assembleias Gerais Ordinária de 30 de abril de 2026

A. DADOS DA EMPRESA

A.1. A Companhia

Razão Social: **BAUMER S.A.**

Sede: Av. Prefeito Antonio Tavares Leite, 181, Distrito Industrial I Jose Marangoni, CEP 13.803-330, Mogi Mirim, SP

Objeto Social: Industrialização, comércio, produção, importação, exportação e assistência técnica em equipamentos médico-hospitalar, de saúde em geral, científico e hoteleira.

A.2. Diretoria de Relações com Investidores

Monica Salvari Baumer
Tel.: (11) 3670.000
ri@baumer.com.br

A.3. Auditores Independentes da Companhia

JPPS Auditores Independentes S/S

A.4. Jornais nos quais a Companhia divulga informações

A Baumer S.A. ("companhia"), conforme autorizado pelos artigos 294-A e 294-B da Lei nº. 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e pela Resolução CVM nº 166/2022, informa que as publicações ordenadas na Lei das S.A. ou previstas na regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários, foram divulgadas por meio do Sistema Empresas.NET, dispensando a publicação em jornal de grande circulação.

B. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA AGO

Os administradores da Baumer S.A, nos termos da legislação societária e normas vigentes, convoca a **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“ASSEMBLEIAS”)**, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 16:30 horas, na sua sede social à Avenida Prefeito Antonio Tavares Leite, 181, Distrito Industrial I Jose Marangoni, nesta Cidade e Estado, a fim de deliberarem a respeito da seguinte Ordem do Dia:

A. Em sede de Assembleia Geral Ordinária

- 1) Examinar, discutir e votar, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos Auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025;
- 2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2025, no montante de R\$ 19.959.372,30 (dezenove milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta centavos) e a distribuição de dividendos;
- 3) Fixar a remuneração anual dos membros da Diretoria;
- 4) Eleição dos membros do Conselho Fiscal;
- 5) Eleição dos membros do Conselho de Administração.
A acionista controladora Baumer S/A, indica os seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração:
 - (i) Ruy Salvari Baumer
 - (ii) João Carlos Corsini Gamboa
 - (iii) Lupercio Tiseo

Em conformidade com o disposto no art.11, da Resolução CVM 81/22, itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência, as informações acerca dos candidatos indicados acima constam no anexo III a esta proposta da Administração.

B. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária

- 6) Deliberar sobre a adesão da Companhia ao regime FÁCIL - Facilitação do Acesso a Capital e de Incentivo a Listagens, instituído pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Baumer S.A. informa que está avaliando/decidiu aderir ao regime FÁCIL, instituído pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), voltado a companhias abertas de menor porte.

Objetivo da decisão.

A adesão ao regime FÁCIL tem como principal objetivo aumentar a eficiência operacional e financeira da Companhia, por meio da simplificação de exigências regulatórias.

Com isso, buscamos:

Reduzir custos administrativos e regulatórios
Tornar processos mais ágeis e menos burocráticos
Direcionar mais recursos para as atividades estratégicas do negócio

O que muda na prática

Com a adesão ao regime:
Haverá simplificação das obrigações periódicas junto à CVM
Os processos de captação de recursos se tornam mais rápidos e eficientes
As exigências regulatórias passam a ser mais adequadas ao porte da Companhia

O que não muda

É importante destacar que:
A Baumer S.A. continuará sendo uma companhia aberta
Permanecerá regularmente registrada na CVM
Manterá seu compromisso com transparência e divulgação de informações ao mercado
Ou seja, a mudança é exclusivamente no enquadramento regulatório, sem alteração na estrutura societária ou nos direitos dos acionistas.

Enquadramento como Companhia de Menor Porte (CMP)

A adesão ao regime FÁCIL está condicionada ao enquadramento como Companhia de Menor Porte (CMP), categoria criada pela CVM para empresas com menor escala.
A Baumer atende aos critérios regulatórios, incluindo:
Receita bruta anual de até R\$ 500 milhões
Regularidade no registro de companhia aberta
Demonstrações financeiras atualizadas

Benefícios esperados

A decisão está alinhada com uma estratégia de longo prazo e deve trazer:
Redução de custos de compliance
Maior flexibilidade regulatória
Facilidade no acesso ao mercado de capitais
Esses fatores contribuem para uma gestão mais eficiente e para o fortalecimento da capacidade de crescimento da Companhia.

A adesão ao regime FÁCIL representa um movimento de modernização e eficiência, preservando integralmente os direitos dos acionistas e o compromisso com a transparência.

Seguimos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

C. INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELA RESOLUÇÃO CVM 81/22

C.1 – Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Disponível, a partir de 01 de abril de 2026, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (<http://www.B3.com.br>) e da Companhia (www.baumer.com.br), na seção “Investidores”.

C.2 – Cópias das demonstrações financeiras

Disponível, a partir de 01 de abril de 2026, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (<http://www.B3.com.br>) e da Companhia (www.baumer.com.br), na seção “Investidores”.

C.3 – Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência, a seguir demonstrado

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

2.1.a condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para executar seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Em 2025 a Companhia obteve um lucro operacional de R\$ 15.909.064,01 (quinze milhões, novecentos e nove mil, sessenta e quatro reais e um centavo), representando 8,16% do faturamento bruto e o resultado da participação societária positiva foi de R\$ 4.050.308,29 (quatro milhões, cinquenta mil, trezentos e oito reais e vinte e nove centavos), totalizando R\$ 19.959.372,50 (dezenove milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta centavos) de lucro do resultado do exercício. Foram feitos investimentos da ordem de R\$ 9,6 milhões, destinados às aquisições de máquinas e equipamentos industriais. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento alcançaram R\$ 6,2 milhões, perfazendo 3,57% da nossa receita líquida, evidenciando a preocupação constante com a inovação e desenvolvimento de novos produtos

2.1.b estrutura de capital

A Estrutura de Capital da Companhia está composta por:

	Em 31 de dezembro de			
	ANO 2025		ANO 2024	
	(em R\$(1))	%	(em R\$(1))	%
Capital próprio ¹	143.987.455	52,40%	174.543.905	60,89%
Capital de terceiro ²	130.822.155	47,60%	112.125.385	39,11%
Capital Total	274.809.610	100,00%	286.669.291	100,00%
Capital Próprio / Total	52,40%		60,89%	

(1) Corresponde à posição do patrimônio líquido da Companhia

(2) Corresponde à soma do passivo circulante e passivo não circulante da Companhia

2.1.c capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A liquidez da Companhia e de suas controladas é suficiente para assumir todos os seus compromissos financeiros de curto prazo. A companhia encerrou o exercício com índice de Liquidez Corrente de 2,59 em 31/12/2025, 2,83 em 31/12/2024 e 2,76 em 31/12/2023.

2.1.d fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A política da Companhia tem sido a de financiar suas operações a custos competitivos, seja através de linhas de financiamentos junto ao BNDES, Finame e Finep, ou junto a bancos comerciais com linhas de crédito de curto prazo para gestão de capital de giro.

2.1.e fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Além de manter reservas de lucros, a Companhia está apta a captar recursos junto a instituições financeiras de médio e grande porte, aplicáveis ao financiamento das necessidades de capital de giro e manutenção de disponibilidades de caixa, em nível que acredita ser apropriado para o desempenho de suas atividades.

Os investimentos em ativos não circulantes deverão ser financiados principalmente por meio de recursos disponibilizados no âmbito do projeto de investimentos já aprovado pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. A Companhia mantém reservas de lucros para suportar as necessidades de capital de giro e investimentos.

2.1.f níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

2.1.f) Quadro dos níveis de endividamento

Demonstrativo de níveis de endividame	2023	2024	2025
Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	59.462	76.827	67.327
Financiamentos (Parcelas do circulante)	3.961	2.724	2.835
Financiamentos (Parcelas do não circulante)	16.340	14.001	18.662
Caixa líquido (valor de caixa, equivalente de caixa e aplicações deduzidos dos financiamentos)	39.161	60.102	45.830
Total disponibilidades	59.462	76.827	67.327
Total financiamento	-20.301	-16.725	-21.497
Patrimônio líquido	145.599	174.544	152.011
Nível de endividamento financeiro (dívida líquida / patrimônio líquido)	-26,90%	-34,43%	-30,15%
Total da dívida (circulante + não circulante)	-20.301	-16.725	-21.497

2.1.f.i contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os financiamentos foram obtidos para aquisição de máquinas e equipamentos e estão garantidos por avais da Diretoria.

No ano de 2024 a Baumer efetuou o pagamento de R\$ 2,4 milhões para liquidação de empréstimos junto às instituições bancárias. Para o empréstimo relacionado a pesquisa, desenvolvimento e inovação, os juros são de 4,5% ao ano e para o empréstimo relacionado à produção, os juros correspondem a TJLP + 3% ao ano.

2.1.f.ii outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A administração da Companhia está permanentemente empenhada na busca por fontes competitivas para financiamentos de suas operações e não mantém quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras passíveis de gerar efeitos relevantes.

2.1.f.iii grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas grafadas no balanço da Companhia.

- 2.1.f.iv** eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável, pois não existe nenhuma restrição imposta ao emissor.

- 2.1.g** limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, pois não existe limite de utilização dos financiamentos já contratados.

- 2.1.h** alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

2.1.h) Nossas informações financeiras para os exercícios encerrados em 2024, 2023 e 2022 foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas.

		Consolidado		
ATIVO		2.025	2.024	2.023
CIRCULANTE				
Disponibilidade	16.140	16.862	13.859	
Aplicações Financeiras	51.187	59.965	45.603	
Contas a Receber de Clientes, líquido	44.889	52.756	40.857	
Estoques	67.723	62.716	56.523	
Impostos a recuperar	18.584	14.679	16.222	
Outras Contas a Receber	1.560	3.285	2.360	
Dividendos a receber	285	285	285	
Despesas Antecipadas	1.282	1.246	1.193	
TOTAL DO CIRCULANTE	201.650	211.794	176.902	
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo	21.557	36.223	37.151	
Empresas Relacionadas	752	13.480	13.244	
Outros Créditos	20.805	22.743	23.907	
Ativo Permanente	51.603	38.653	35.872	
Investimentos, líquido	9.363	3.405	3.454	
Imobilizado, líquido	41.062	34.040	31.234	
Intangível, líquido	1.178	1.208	1.184	
TOTAL NÃO CIRCULANTE	73.160	74.876	73.023	
TOTAL DO ATIVO	274.810	286.670	249.925	

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

	Consolidado		
PASSIVO	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>	<u>2.023</u>
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	2.835	2.724	3.961
Fornecedores	17.328	15.599	10.411
Impostos e contribuições sociais	1.736	1.990	1.247
Salários e Encargos Sociais	3.470	3.175	2.789
Empresas Relacionadas	7.732	361	0
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	14.277	6.678	8.003
Contas a Pagar e Outras Provisões	39.786	43.790	35.711
Imposto de Renda e Contribuições Sociais	848	636	519
TOTAL DO CIRCULANTE	<u>88.012</u>	<u>74.953</u>	<u>62.641</u>
NÃO CIRCULANTE			
Passivo Exigível a Longo Prazo	<u>42.810</u>	<u>37.173</u>	<u>41.685</u>
Empréstimos e Financiamentos	18.662	14.001	16.340
Impostos e contribuições sociais	2.326	0	0
Provisão para Riscos Fiscais e Trabalhistas	19.281	18.562	22.874
Imposto e CSSL Diferidos	2.541	1.868	1.868
Outras Contas a Pagar	0	2.742	603
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	<u>42.810</u>	<u>37.173</u>	<u>41.685</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	70.000	70.000	70.000
Reserva de Capital	212	212	212
Reservas de Lucros	79.136	104.052	70.332
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.696	3.696	3.696
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>153.044</u>	<u>177.960</u>	<u>144.240</u>
Participação não controladores	<u>-9.056</u>	<u>-3.416</u>	<u>1.359</u>
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>143.988</u>	<u>174.544</u>	<u>145.599</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>274.810</u>	<u>286.670</u>	<u>249.925</u>

	Consolidado		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>	<u>2.023</u>
Vendas e Serviços	<u>239.981</u>	<u>217.178</u>	<u>194.354</u>
Impostos incidentes sobre vendas	-26.252	-22.792	-24.404
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>213.729</u>	<u>194.386</u>	<u>169.950</u>
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	-78.583	-74.578	-67.074
LUCRO BRUTO	<u>135.146</u>	<u>119.808</u>	<u>102.876</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Comerciais	-52.586	-48.035	-41.919
Administrativas	-35.055	-31.348	-31.834
Pesquisa e desenvolvimento	-6.184	-6.377	-5.823
Tributária	0	-5.302	-297
Resultado de Participação Societária	-4.788	-825	-243
Outras receitas operacionais, líquidas	-1.857	8.065	-1.172
Total das despesas Operacionais	<u>-100.470</u>	<u>-83.822</u>	<u>-81.288</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	17.792	21.997	14.019
Despesas financeiras	-24.527	-16.063	-20.474
Despesas de variação cambial	1.904	-2.452	-519
Total das despesas Financeiras	<u>-4.831</u>	<u>3.482</u>	<u>-6.974</u>
LUCRO OPERACIONAL	<u>29.845</u>	<u>39.468</u>	<u>14.614</u>
Imposto de renda e contribuição social	-7.739	-10.207	-5.673
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÃ	<u>22.106</u>	<u>29.261</u>	<u>8.941</u>
Participação minoritária	4.029	-2.345	-249
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>18.077</u>	<u>31.606</u>	<u>9.190</u>

2.2. Os diretores devem comentar sobre:

2.2.a Resultados das operações do emissor, em especial:

2.2.a.i Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia é composta pela venda de produtos para hospitais e indústrias relacionados à área da saúde e para cirurgias de ortopedia e odontologia, atingindo em 2025 R\$ 239,9 milhões, com um aumento de 10,50% em relação a 2024(217,1 milhões).

2.2.a.ii Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os custos das vendas são compostos das matérias-primas e demais materiais necessários para a fabricação dos nossos produtos.

Esta conta inclui também a mão de obra direta (ex: trabalhadores de fábrica) e indiretamente (ex: áreas de manutenção, engenharia, qualidade e ferramentaria etc.) e a depreciação de máquinas e equipamentos utilizados no processo de produção, dentre outros custos indiretos de fabricação.

Despesas gerais e administrativas são compostas principalmente de salários, encargos e benefícios do pessoal administrativo e serviços profissionais terceirizados.

As outras receitas (despesas) operacionais incluem principalmente a recuperação de impostos, o ganho na alienação de ativos imobilizados e valores oriundos de reversões de provisões diversas, mais comumente de provisões contingenciais e fiscais, entre outros.

As receitas financeiras incluem principalmente (i) a remuneração auferida com aplicações financeiras, que se referem primordialmente a certificados de depósitos bancários remunerados em torno de 100% dos juros proporcionados pelos certificados de depósito interbancário (CDI), (ii) ajustes contábeis positivos advindos: (A) da valorização do dólar norte americano e do euro em relação ao real sobre ativos em moeda estrangeira (por exemplo, recebíveis de exportação) e (B) da desvalorização do dólar norte americano e do euro em relação ao real incidente sobre passivos em moeda estrangeira (por exemplo, importações e endividamento em moeda estrangeira), em ambos os casos medidos mensalmente e a cada data de liquidação de tais ativos e passivos, e (iii) ganhos em operações com instrumentos derivativos.

Os Diretores da Companhia entendem que os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados por condições econômicas gerais que ocorrem no Brasil e no mundo.

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente econômico complexo, tanto no cenário internacional quanto no doméstico, exigindo elevada capacidade de adaptação dos agentes econômicos. No contexto global, persistiram tensões comerciais decorrentes do aumento das tarifas norte-americanas, ampliando a incerteza e pressionando cadeias produtivas em diversos setores. A intensificação dessas barreiras comerciais consolidou-se como um dos principais vetores de instabilidade nos fluxos internacionais de bens e investimentos.

Logo, em médio prazo, mercados e organismos internacionais apontam para um cenário de continuidade de crescimento, porém em velocidade mais moderada, devido às diversas incertezas externas e condições específicas de política monetária. Dado esse contexto, há uma perspectiva de maior prudência, planejamento e adaptações estratégicas ao longo dos próximos períodos por parte dos agentes econômicos.

2.2.b Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio, inflação.

A taxa de câmbio teve influência nos negócios; o Real está desvalorizado frente à moeda estrangeira, favorecendo as exportações. Porém, para empresas que importam materiais e componentes o cenário é negativo, com o aumento dos custos de produção.

2.2.c. Impacto relevante da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dessas variáveis, grande parte das vendas são atreladas ao SUS, que mantém seus preços congelados, ao contrário dos preços de insumos, tarifas e da mão de obra. A companhia busca, de forma permanente, aprimorar seus processos produtivos, logísticos e administrativos a fim de amenizar os efeitos dessas variáveis.

2.3. Os diretores devem comentar:

2.3.a Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, incluindo suas posteriores alterações com a Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com endosso por meio de Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

2.3.b opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

2.4.a Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante durante o exercício de 2025.

2.4.b Constituição, aquisição ou alienação de participação

Existe previsão de constituição de novas empresas para melhorar o gerenciamento dos segmentos existentes.

2.4.c Eventos ou operações não usuais

Não aplicável, pois não houve nenhum evento ou operações não usuais que merecessem destaque.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

Não aplicável.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve evento subsequente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

2.7.a regras sobre retenção de lucros

Nos termos da lei nº. 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas da Companhia podem deliberar, em Assembleia Geral e por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia definido em seu Estatuto Social.

2.7.b regra sobre distribuição de lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, seus acionistas terão direito de receber como dividendos dividendo mínimo de 25% às ações ordinárias e 25% às ações preferenciais do lucro líquido apurado, nos termos da legislação em vigor, respeitando-se a proporcionalidade da participação de cada espécie de ação no capital social da Companhia.

2.7.c periodicidade das distribuições de dividendos

Os acionistas da Companhia terão direito de receber dividendos anualmente, calculados na forma descrita no item b acima. A Companhia poderá levantar balanços semestrais respeitando o previsto no art. 7º do Estatuto e com base neles proceder a distribuição de dividendos ou capitalizar lucros, atos estes que deverão ser ratificados pela primeira Assembleia Geral que se seguir às deliberações.

2.7.d eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Conforme artigo 33 do estatuto social da empresa, no capítulo VI “Do Exercício Social, Balanços e Demonstrações de Resultados”.

Artigo. 33 - O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras previstas em lei. Feitas as deduções previstas nos artigos 189, parágrafo único e 190 da Lei nº 6.404/76, os resultados verificados em balanço serão aplicados da seguinte forma, observadas as disposições legais pertinentes:

- a) 5 % para o Fundo de Reserva Legal, até que atinja 20% do capital, deixando de fazê-lo na hipótese prevista no §1º do art.193 da Lei 6.404/76;
- b) a importância necessária ao pagamento de dividendo mínimo de 25% às ações ordinárias e 25% às ações preferenciais do lucro líquido apurado, nos termos da legislação em vigor, respeitando-se a proporcionalidade da participação de cada espécie de ação no capital social da Companhia.
- c) a importância a ser dívida entre os órgãos da administração na proporção que for determinada pelo Presidente do Conselho, observando o disposto no art. 152, combinado com os arts. 190 e 201 da Lei 6.404/76.

O saldo terá o destino que por proposta da Diretoria for dado pela Assembleia Geral, que poderá conservar os lucros suspensos, destiná-los à reserva ou aumento de capital.

Parágrafo único - A Companhia poderá levantar balanços semestrais respeitando o previsto no art. 7º do Estatuto e com base neles proceder a distribuição de dividendos ou capitalizar lucros, atos estes que deverão ser ratificados pela primeira Assembleia Geral que se seguir às deliberações.

2.7.e se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conforme artigo 33 do estatuto social da empresa, no capítulo VI “Do Exercício Social, Balanços e Demonstrações de Resultados”.

Artigo. 33 - O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras previstas em lei. Feitas as deduções previstas nos artigos 189, parágrafo único e 190 da Lei nº 6.404/76, os resultados verificados em balanço serão aplicados da seguinte forma, observadas as disposições legais pertinentes:

- a) 5 % para o Fundo de Reserva Legal, até que atinja 20% do capital, deixando de fazê-lo na hipótese prevista no §1º do art.193 da Lei 6.404/76;
- b) a importância necessária ao pagamento de dividendo mínimo de 25% às ações ordinárias e 25% às ações preferenciais do lucro líquido apurado, nos termos da legislação em vigor, respeitando-se a proporcionalidade da participação de cada espécie de ação no capital social da Companhia.
- c) a importância a ser dívida entre os órgãos da administração na proporção que for determinada pelo Presidente do Conselho, observando o disposto no art. 152, combinado com os arts. 190 e 201 da Lei 6.404/76.

O saldo terá o destino que por proposta da Diretoria for dado pela Assembleia Geral, que poderá conservar os lucros suspensos, destiná-los à reserva ou aumento de capital.

Parágrafo único - A Companhia poderá levantar balanços semestrais respeitando o previsto no art. 7º do Estatuto e com base neles proceder a distribuição de dividendos ou capitalizar lucros, atos estes que deverão ser ratificados pela primeira Assembleia Geral que se seguir às deliberações.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

2.8.a Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial:

Não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.8.b Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

A Companhia, em 31 de dezembro de 2025 não possui ativos e/ou passivos que não estejam registrados nas suas demonstrações financeiras, tampouco divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8., os diretores devem comentar sobre:

2.9.a Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável à Companhia.

2.9.b Natureza e propósito da operação

Não aplicável à Companhia.

2.9.c Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável à Companhia.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócio do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

2.10.a Investimentos, incluindo:

2.10.a.i Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2026, a Companhia pretende destinar seus investimentos à manutenção regular do seu parque fabril, a projetos de ganho de eficiência e competitividade. A Baumer segue firme em sua direção de perseguir o crescimento contínuo e sustentável, preservando margens, retorno e geração de caixa.

2.10.a.ii Fontes de financiamento dos investimentos

A Administração pretende realizar os investimentos previstos para o ano 2026 por meio de capital próprio ou por meio de financiamentos para os casos em que o custo do capital seja atrativo.

2.10.a.iii Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não foram feitos desinvestimentos relevantes.

2.10.b Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável à Companhia.

2.10.c Novos produtos e serviços, indicando:**2.10.c.i Descrição das pesquisas em andamentos já divulgadas**

Anualmente, a Companhia desenvolve e lança novos produtos que possuem participação relevante em suas receitas. Porém, as pesquisas em andamento representam informações confidenciais não divulgadas antes do efetivo lançamento do produto.

2.10.c.ii Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Historicamente, a BAUMER investe aproximadamente 4,29% da receita líquida em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

2.10.c.iii Projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos somente são divulgados no lançamento dos produtos, portanto, não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

2.10.c.iv Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2025, o total investido em pesquisa e desenvolvimento foi de 6,2 milhões.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não aplicável à Companhia.

C.7. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81/22**C.7.1. Informar o lucro líquido do exercício.**

O Lucro Líquido do exercício findo em 2025 foi de R\$ 19.959.372,50 (dezenove milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta centavos).

C.7.2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A destinação do lucro líquido consiste em determinar as parcelas que serão apropriadas às reservas legais e estatutárias e/ou que serão distribuídas aos acionistas como dividendos na forma de juros sobre capital próprio.

A administração da Companhia propõe a seguinte destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, sob forma de Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos do artigo 9º da lei nº. 9.249/95, deliberado na Reunião do Conselho de Administração em 29/09/2025.

(em R\$)

Destinação do Lucro Líquido do Exercício encerrado em 31/12/2025			
1. Lucro Líquido do Exercício encerrado em 31/12/2025			R\$ 19.959.372,30
2. Constituição de reserva legal - Art. 193, da Lei das S.A			R\$ 997.968,62
3. Distribuição de Dividendos, imputados aos Juros sobre capital próprio	85,76%		R\$ 17.117.136,86
3.1. Juros sobre capital Próprio ("JCP") já declarados a seguir descritos:			
3.1.1. JCP de R\$ 0,92 por ação declarados na RCA de 29/09/2025, com base na posição acionária de 02/10/2025.			R\$ 9.093.838,66
3.1.2. Dividendos de R\$ 0,82 por ação a serem pagos até 31/12/2026, que será proposta a ser apresentada na AGO de 30/04/2026.			R\$ 8.023.298,20
4. Transferência para a conta de Reserva de lucros			R\$ 18.961.403,69

C.7.3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido na forma da lei societária. Em 2025, o lucro líquido foi de R\$ 19.959.372,30, sendo declarado o montante de R\$ 8.023.298,20 referente distribuição de dividendos, perfazendo o percentual de 40,20% do lucro líquido na forma da lei societária.

C.7.4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Em 12 de dezembro de 2025, foi aprovado sem restrições, por unanimidade de votos, distribuição de dividendos no montante bruto de R\$ 30.038.445,70, equivalente a R\$ 3,07 por ação, mediante a distribuição parcial das reservas de lucros de exercícios anteriores, com base na posição acionária de 17/12/2025, sendo as ações consideradas “ex-dividendos sobre capital próprio” a partir de 18/12/2025. Os dividendos foram calculados após a dedução de 15.490 ações que se encontram em tesouraria, perfazendo o total de 9.784.510 ações. A data do crédito será no dia 15/12/2025 e o pagamento aos acionistas foi efetuado em parcela única, sem juros ou correção monetária, em 29/12/2025.

C.7.5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:**C.7.5.a. o valor bruto de dividendo e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não aplicável, considerando que já foi declarado a totalidade dos dividendos (na forma de JCP) no exercício 2025, conforme item C.7.2.

C.7.5.b. a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio

O pagamento dos Juros sobre Capital Próprio, aprovado na RCA de 29/09/2025, foram imputados aos dividendos obrigatórios nos termos do artigo 9º da lei 9.249/95, foi pago em 31/10/2025, sem juros ou correção monetária.

C.7.5.c. eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio

Não haverá incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre o capital próprio.

C.7.5.d. data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Os dividendos serão pagos com base na posição acionária em 02/10/2025.

C.7.6 caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:**C.7.6.a. informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Em setembro de 2025 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de R\$ 9.093.836,66 referentes a Juros sobre Capital Próprio (bruto), os quais serão submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária em 30 de abril de 2026 e conforme previsto, serão imputados aos dividendos obrigatórios nos termos do artigo 9º da lei nº. 9.249/95.

C.7.6.b. informar a data dos respectivos pagamentos

Os pagamentos dos juros sobre capital próprio foram pagos em parcela única em 31/10/2025, sem juros ou correção monetária.

C.7.7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

C.7.7.a. lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Lucro Líquido do Exercício por ação	Ano 2025	Ano 2024	Ano 2023	Ano 2022
Lucro líquido por ação	2,04	3,36	1,11	0,75
Lucro Líquido por ação - PN	0,82	0,72	0,77	0,22
Lucro Líquido por ação - ON	0,82	0,72	0,77	0,22
Total Distribuído por ação	0,82	0,72	0,77	0,22

C.7.7.b. dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Dividendos por ação	Ano 2025	Ano 2024	Ano 2023	Ano 2021
Dividendos - PN	4.015	3.514	3.802	1.057
Dividendos - ON	4.888	3.508	3.795	1.055
Dividendos Distribuídos	8.903	7.022	7.597	2.112

C.7.8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

C.7.8.a. identificar o montante destinado a reserva legal

Foi destinado do Lucro do exercício o montante de R\$ 997.968,62 (novecentos e noventa e sete mil, novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos) para Reserva Legal conforme previsto na lei 6.404/76.

C.7.8.b. detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A *Reserva Legal* é constituída à razão de 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido apurado em cada exercício social nos termos do art.193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social

C.7.9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

C.7.9.a. descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

É devido o pagamento de dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido ajustado, apurado nos termos da legislação em vigor, para as ações preferenciais, respeitando-se a proporcionalidade da participação de cada espécie de ação no Capital Social da Companhia.

C.7.9.b. informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou Mínimos

Sim, o Lucro líquido ajustado é suficiente para pagar integralmente os dividendos mínimos obrigatório.

C.7.9.c. identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

C.7.9.d. identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

C.7.9.d. identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável, pois na Companhia só existe um tipo de classe de ações preferenciais.

C.7.9.e. identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, pois na Companhia só existe um tipo de classe de ações preferenciais.

C.7.10. Em relação ao dividendo obrigatório

C.7.10.a. descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando são levantadas as demonstrações financeiras previstas em lei. Feitas as deduções previstas nos artigos 189, parágrafo único e 190 da Lei nº 6.404/76, os resultados verificados em Balanço serão aplicados da seguinte forma, observadas as disposições legais pertinentes: i) 5 % para o Fundo de Reserva Legal, até que atinja 20% do capital, deixando de fazê-lo na hipótese prevista no §1º do art.193 da Lei 6.404/76; ii) a importância necessária ao pagamento de dividendo mínimo de 25% às ações ordinárias e 25% às ações preferenciais do lucro líquido apurado, nos termos da legislação em vigor, respeitando-se a proporcionalidade da participação de cada espécie de ação no capital social da Companhia.

C.7.10.b. informar se ele está sendo pago integralmente

Os dividendos mínimos estão sendo pagos integralmente no ano de 2025.

C.7.10.c. informar o montante eventualmente retido

Não aplicável, pois será pago integralmente.

C.7.11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**C.7.11.a. informar o montante da retenção**

Não aplicável, pois não houve retenção de lucros.

C.7.11.b. descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável

C.7.11.c. justificar a retenção de dividendos

Não aplicável

C.7.12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável

C.7.13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável

C.7.14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

C.7.15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**C.7.15.a. identificar o montante da retenção**

Serão destinados R\$ 18.961.403,69 (dezoito milhões, novecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e três reais e sessenta e nove centavos) para a Reserva de Retenção de Lucros em orçamento de capital.

C.7.15.b. fornecer cópia do orçamento de capital

Vide Anexo II

b) Orçamento de capital está composto por:

(i) R\$ 14.155.000,00 (quatorze milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais) para investimentos em máquinas e equipamentos e outros recursos necessários à ampliação da capacidade produtiva e modernização do parque industrial.

(ii) R\$ 3.840.000,00 (três milhões, oitocentos e quarenta mil reais) para financiamento da necessidade de capital de giro à operação.

C.7.16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não aplicável

C.8. Remuneração dos administradores

C.8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

C.8.1.a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado as suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

As políticas e práticas de remuneração do órgão de administração têm os seguintes objetivos:

- i - Atrair, reter e comprometer talentos com remuneração em condições competitivas perante o mercado;
- ii - Reconhecer efetividade dos executivos em função da amplitude de suas responsabilidades, impacto de sua liderança sobre os diferentes “stakeholders”, e seu nível de experiência;
- iii - Promover e reconhecer ganhos de curto prazo com vistas ao crescimento e na criação de valor, alinhando os interesses de executivos e acionistas.

C.8.1.b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

C.8.1.b.i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O salário base é determinado pelo sistema de avaliação de cargos, levando em consideração os valores praticados no mercado. A remuneração variável é determinada pelo atingimento dos resultados, sempre levando em conta, como ponto de partida, o resultado operacional.

C.8.1.b.ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração da Diretoria Estatutária compõe-se de remuneração fixa e variável, anual, baseada em metas estabelecidas pelo Conselho de Administração, assim como por benefícios complementares.

C.8.1.b.iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A remuneração da Diretoria Estatutária compõe-se de remuneração fixa e variável, anual, baseada em metas estabelecidas pelo Conselho de Administração, assim como por benefícios complementares.

C.8.1.c. composição da remuneração, indicando:

C.8.1.c.i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

A remuneração da Diretoria Estatutária compõe-se de remuneração fixa e variável, anual, baseada em metas estabelecidas pelo Conselho de Administração, assim como por benefícios complementares.

Cargos	Remuneração fixa(%)	Remuneração Variavel(%)	Previdência Privada(%)	Assistência Medica(%)	Total(%)
Conselheiros	0%	0%	0%	0%	0%
Diretoria	77%	4%	9%	10%	100%

C.8.1.c.ii. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração dos Administradores é periodicamente comparada com as práticas de mercado por consultorias especializadas, inclusive com pesquisas realizadas e é estabelecida anualmente pelo Conselho de Administração.

C.8.1.c.iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A composição da remuneração está baseada nas práticas de mercado e está em harmonia com os objetivos da Companhia.

C.8.1.d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

C.8.1.e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, pois não existe remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento na Companhia.

C.8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

A remuneração total do órgão da administração prevista para 2025 é de 5% (cinco por cento) do faturamento líquido do exercício, cabendo ao Presidente do Conselho proceder à sua distribuição.

C.8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não há pagamento de remuneração variável aos integrantes dos Conselhos de Administração. A remuneração variável da Diretoria Executiva de 2025 foi no montante de R\$ 942 mil.

C.8.4. E Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

C.8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

C.8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

C.8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária.

C.8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

C.8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

C.8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

C.8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

C.8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

C.8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

<u>Órgão</u>	Qtde ações Emissor	Qtde cotas Controladas
	(*)	(**)
Conselho de Administração	2.829.790	415.246
Conselho Fiscal		
Diretoria Estatutária	5.453.445	830.493

(*) Refere-se a quantidade de ações da Companhia (Baumer), detidas, direta ou indiretamente, por membros da Administração.

(**) Refere-se a quantidade de ações da Controladas, detidas, direta ou indiretamente, por membros da Administração.

C.8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Ref.	Itens	Informações
a.	Órgão	Diretoria Estatutária
b.	Número total de membros	6
c.	Número de membros remunerados	5
d.	Nome do Plano	Brasil Prev
e.	Quantidade de administradores que reúnem as condições para aposentar	NA
f.	Condições para se aposentar antecipadamente	NA
g.	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência ate o encerramento do último exercício social, descontando a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 5.186.642,67
h.	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 668.798,64
i.	Se há possibilidades de resgate antecipado e quais as condições	NA

NA - Não aplicável

C.8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

A remuneração individual máxima foi de R\$ 132.991,00, a remuneração mínima foi de R\$ 31.182,00 e a remuneração média foi de R\$ 47.257,00 para o ano de 2025.

Ref.	Itens	2025	2024	2023
a.	Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
b.	Número de membros	6	6	6
c.	Valor da maior remuneração individual	132.991	103.141	112.611
d.	Valor da menor remuneração individual	31.182	29.445	17.198
e.	Valor da médio de remuneração individual	47.257	44.689	43.350

C.8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, pois a Companhia não possui nenhum arranjo contratual, apólice de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores.

C.8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, pois a Companhia remunera apenas a Diretoria estatutária

C.8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, pois a Companhia remunera apenas a Diretoria estatutária

C.8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da

diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, pois a Companhia remunera apenas a Diretoria estatutária.

C.8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável

C.9. Parecer do comitê de auditoria, se houver

Não aplicável

C.10. Eleição de administradores e membros do Conselho Fiscal

Sempre que a Assembleia Geral for convocada para eleger administradores ou membros do Conselho Fiscal, a Companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela Administração ou pelos acionistas controladores.

A acionista controladora Baumer S/A, indica os seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração:

- (i) Ruy Salvari Baumer
- (ii) João Carlos Corsini Gamboa
- (iii) Lupercio Tiseo

Em conformidade com o disposto no art.11, da Resolução CVM 81/22, itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência, as informações acerca dos candidatos indicados acima constam no anexo I a esta proposta da Administração.

ANEXO I

CANDIDATOS PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A administração propõe que seja fixado o número de 3 (três) membros para o Conselho de Administração.

Informações dos candidatos indicados pelo controlador

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Candidato 1

- a) nome: Ruy Salvari Baumer
- b) data de nascimento: 15/05/1959
- c) profissão: Industrial
- d) CPF ou número de passaporte: 003.881.608-37
- e) cargo eletivo ocupado: Presidente
- f) data de eleição: 15/06/2023
- g) data da posse: 15/06/2023
- h) prazo do mandato: 3 anos
- i) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim
- j) se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria: não
- k) outros cargos ou função exercidos no emissor: Diretor, Vice-diretor e Presidente
- l) principais experiência profissionais durante os últimos 5 anos:

RUY SALVARI BAUMER Exerce a função de Presidente da Baumer S/A, Conselheiro Assembleia Geral da FIESP, Coordenador Titular do COMSAÚDE e Presidente da SINAEMO.

Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Candidato 2

- a) nome: João Carlos Corsini Gamboa
- b) data de nascimento: 17/08/1960
- c) profissão: Advogado
- d) CPF ou número de passaporte: 083.099.688-50
- e) cargo eletivo ocupado: Conselheira da empresa
- f) data de eleição: 15/06/2023
- g) data da posse: 15/06/2023
- h) prazo do mandato: 3 anos
- i) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim
- j) se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria: não
- k) outros cargos ou função exercidos no emissor: Conselho de Administração
- l) principais experiência profissionais durante os últimos 5 anos:

JOÃO CARLOS CORSINI GAMBOA Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da USP (1983); mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da USP (1999); participou do Program of Instrucion for Lawyers na Harvard Law School (1997 e 2001). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Advogado há 27 anos na área empresarial e sócio do escritório de advocacia Gambôa Advogados. Gambôa Advogados é um escritório multidisciplinar, com 27 anos de experiência na prestação de serviços em diversos ramos do Direito Empresarial. Em 2008 Gambôa Advogados foi indicado como um dos escritórios mais admirados do Brasil na categoria altamente especializada pela Análise Editorial (“Os mais admirados Advogados & Escritórios”) em pesquisa que contou com a colaboração das 1.500 maiores empresas do país. Em 2009 Gambôa Advogados foi relacionado pela mesma Revista. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Candidato 3

- a) nome: Lupericio Tiseo
- b) data de nascimento: 15/05/1958
- c) profissão: Comerciante
- d) CPF ou número de passaporte: 990.210.218-20
- e) cargo eletivo ocupado: Conselheira da empresa
- f) data de eleição: 15/06/2023
- g) data da posse: 15/06/2023
- h) prazo do mandato: 3 anos
- i) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim
- j) se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria: sim
- k) outros cargos ou função exercidos no emissor: Gerente Comercial e Conselho de Administração
- l) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim
- m) principais experiência profissionais durante os últimos 5 anos:

LUPERCIO TISEO Atividades iniciadas em 1974 como Office boy e cargos posteriores, incluindo auxiliar de cobrança, responsável pelo CPD, supervisor de vendas, responsável pela implantação dos agentes estaduais e gerente comercial da Baumer. Gerente comercial da Comercial e importação Erecta Ltda. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

C.7.4 – Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável a Companhia.

C.7.5 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre.

C.7.5.a – administradores do emissor

Ruy Salvari Baumer – tem relação em 1º grau com Monica Salvari Baumer

C.7.5.b – (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Ruy Salvari Baumer – tem relação em 1º grau com Monica Salvari Baumer

C.7.5.c – (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Ruy Salvari Baumer – tem relação em 1º grau com Monica Salvari Baumer

C.7.5.d – (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Ruy Salvari Baumer – tem relação em 1º grau com Monica Salvari Baumer

C.7.6 – Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

Não aplicável a Companhia.

ANEXO II
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO DE 2026

FONTES

a) Retenção de Lucros do exercício 2025 (conf. Artigo 196 da Lei das S.A)

R\$ 18.961.403,69 (dezoito milhões, novecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e três reais e sessenta e nove centavos)

APLICAÇÕES

a) Investimentos em máquinas e equipamentos e outros recursos necessários à ampliação da capacidade produtiva e modernização do parque industrial:

R\$ 14.155.000,00 (quatorze milhões e cento e cinquenta e cinco mil reais)

A Companhia tem como negócio, o projeto, desenvolvimento, fabricação, comercialização de produtos e serviços para o segmento da Saúde, ambiente caracterizado por constante inovação. Para que consiga atender a crescente demanda por soluções inovadoras, tanto no mercado nacional, quanto no exterior, a Companhia investe continuamente na modernização e ampliação de suas instalações:

(em R\$)

INVESTIMENTOS PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL		
Aquisição de Máquinas operatrizes	R\$	11.995.000,00
Aquisição de Equipamentos e Dispositivos para Fabricação	R\$	1.065.000,00
Intalação : Reformas e ampliações	R\$	640.000,00
Atualização de recursos de Tecnologia da Informação (HW / SW)	R\$	455.000,00
	R\$	14.155.000,00

b) Financiamento do Capital de Giro necessário às operações:

R\$ 3.840.000,00 (três milhões e oitocentos e quarenta mil reais)

O ambiente de negócios em que a Companhia atua é fortemente impactado pelas políticas públicas de atenção à saúde. A maior parte de suas vendas tem como destino o sistema público de saúde, o que lhe impõe um ciclo econômico extremamente longo, especialmente na última etapa do fluxo, que envolve o recebimento; o fluxo financeiro, não raramente, apresenta desequilíbrios.

Aliado ao fato de que os reflexos deste cenário atingem também a cadeia de suprimentos, com alta dos custos de produtos, serviços e tarifas públicas, verifica-se o aumento na necessidade de capital de giro para suportar as operações.

Apesar do bom resultado obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que reduz a necessidade de financiamento deste capital necessário, toda essa incerteza no ambiente de negócios recomenda precaução e contenção na utilização dos recursos disponíveis.

Vale ressaltar, ainda, que os gastos com o processo de inovação, para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, exigências de comprovação de segurança e eficácia, registros e certificações junto aos órgãos regulatórios, são extremamente altos.